



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria do Planejamento  
e Gestão

**IPECE**

**Informe**

Nº 187 – Dezembro/2020

**Uma análise dos indicadores  
sociais do Ceará por cor e raça  
declarada**

## Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

## Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

## Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário (respondendo)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Secretário Executivo de

Planejamento e Orçamento

Ronaldo Lima Moreira Borges – Secretário Executivo de

Planejamento e Gestão Interna

## Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

### Diretor Geral

João Mário Santos de França

### Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

### Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

### Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

### Gerência de Estatística, Geografia e Informação – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

## IPECE Informe – Nº 187 – Dezembro/2020

### DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

### Elaboração:

Raquel da Silva Sales (Assessora Técnica)

Luciana de Oliveira Rodrigues (Assessora Técnica)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

**Missão:** Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

**Valores:** Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

**Visão:** Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) -  
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo -  
Cambeba | Cep: 60.822-325 |  
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521  
<http://www.ipece.ce.gov.br>

## Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

## Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2020

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2020

ISSN: 2594-8717

1. Raça. 2. Indicadores. 3. Cor. 4. Educação. 5. Renda.

## Nesta Edição

Segundo os últimos dados da PNAD C, em 2019 a população declarada de cor branca representava 27,2% da população residente, ao passo que a declarada de cor preta era de 5,9% e a declarada de cor parda correspondia a 66,2% no Ceará. Em 2013, essas estimativas eram, respectivamente, 29,4% (branca), 3,6% (preta) e 66,9% (parda)<sup>1</sup>. Juntos, esses três grupos respondiam por cerca de 99% da população cearense. O Ceará foi o décimo segundo Estado (72%) com maior percentual de pessoas que se declararam negras (pretas ou pardas) do país. As desigualdades na educação e na renda foi verificada em todos os Estados Brasileiros. No Estado essa população alcançou uma escolaridade média de estudos 1,6 ano menor que a alcançada por aqueles que se declararam brancos e seu rendimento médio domiciliar per capita foi quase a metade destes últimos. Vale salientar, ainda, que mais da metade da população que se declarou preta ou parda no estado estava em ocupações informais em 2019.

## 1. Introdução

No Brasil, o Dia da Consciência Negra é dia 20 de novembro. Esse dia foi oficialmente instituído em todo país através da lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, a data que refere-se ao falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares, faz referência a resistência e humanização dos negros. Todo ano, a celebração pelo Dia da Consciência Negra é marcada por eventos para destacar, a luta por igualdade dentro da sociedade, por meio do combate ao racismo. A Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, inciso XLII também reconheceu sua existência e, conseqüentemente, a existência de desigualdades raciais. Neste ano, a data foi marcada com muitas manifestações em repúdio à morte de João Alberto Silveira, que foi espancado violentamente dentro de uma loja, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul na noite anterior ao dia 20.

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, em seu 1º art. destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica definiu como população negra, o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga.

O IBGE lançou no dia 12 de novembro, os indicadores sociais de 2019 de todas as unidades federativas e suas capitais e, com algumas estatísticas de cor ou raça produzidas, o instituto mostrou que o Brasil ainda está muito longe de se tornar uma democracia racial. Em média, a população brasileira que se declarou branca obteve os maiores salários e são maioria entre os que frequentam o ensino superior.

O presente informe apresenta uma análise de alguns desses indicadores sociais por cor ou raça declarada- Branca, preta e Parda para os residentes entrevistados no Ceará pelo IBGE que constam na base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. As análises estão concentradas em apontar as diferenças entre os indicadores entre as pessoas de cor ou raça diferente no Estado.

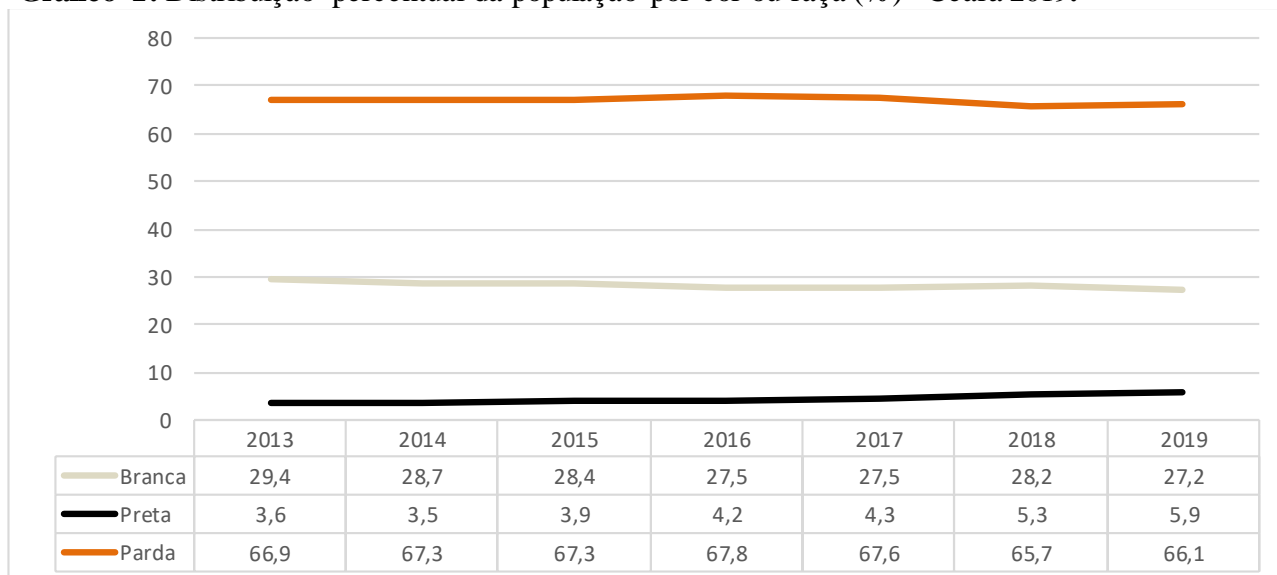
## 2. População por cor ou raça declarada – Branca, Preta e Parda.

Segundo os últimos dados da PNAD C a população declarada de cor branca representava 27,2% da população residente, ao passo que a declarada de cor preta era de 5,9% e a declarada de cor parda correspondia a 66,2%. Em 2013, essas estimativas eram, respectivamente, 29,4% (branca), 3,6 % (preta) e 66,9% (parda)<sup>1</sup>. Juntos, esses três grupos respondiam por cerca de 99% da população cearense.

O gráfico 1 mostra que, enquanto a participação das pessoas declaradas de cor preta cresceu 2,3 pontos percentuais, as brancas e pardas decresceram em 2019 em relação a 2013. Em relação ao ano anterior (2018), tanto a população declarada como de cor parda (0,4 p.p), como de cor preta cresceram sua participação no Estado (0,6 p.p), já a branca decresceu 1 ponto percentual no Ceará.

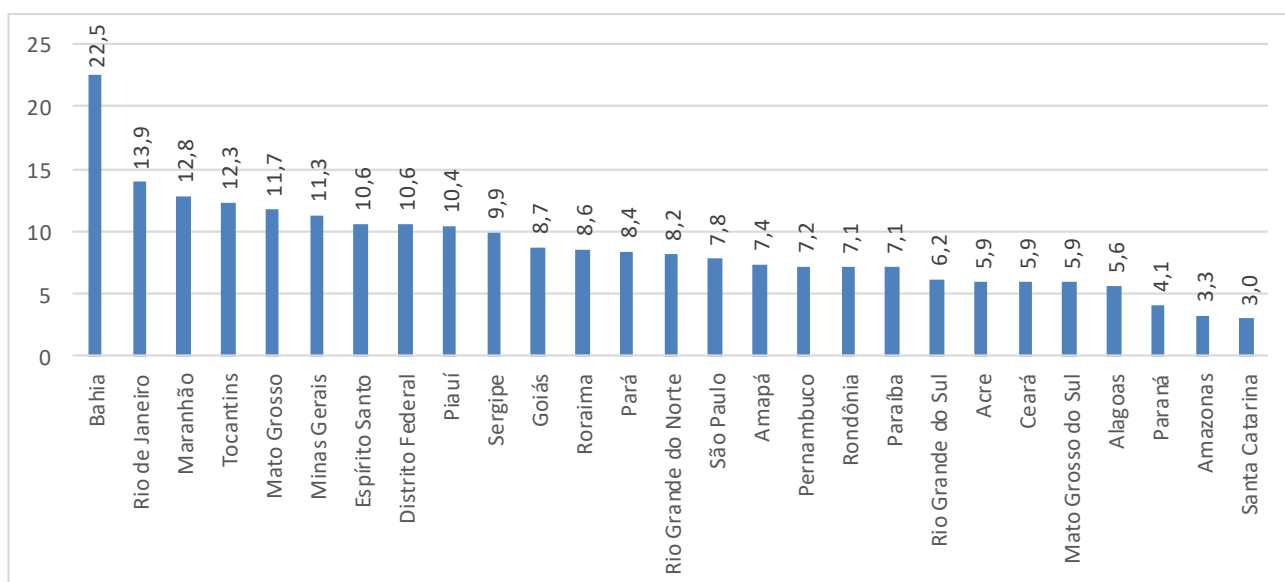
---

<sup>1</sup> É possível notar o fenômeno da pardalização no Estado. O termo pardo é maioria – corresponde a 66,2% – e remete à miscigenação de origem preta ou indígena; como coringa, agrega infinitas nomenclaturas numa mistura de fenótipo e descendência.

**Gráfico 1:** Distribuição percentual da população por cor ou raça (%) - Ceará 2019.

Fonte: Pnad Contínua Anual IBGE (1ª visita). Elaboração própria.

Os dez estados com maior proporção de pessoas que declararam cor ou raça preta foram Bahia (22,5%), Rio de Janeiro (13,9%), Maranhão (12,8%), Tocantins (12,3%), Mato Grosso (11,7%), Minas Gerais (11,3%), Espírito Santo (10,6%), Distrito Federal (10,6%), Piauí (10,4%) e Sergipe (9,9%). O Ceará (5,9%) ficou entre os dez estados com menor proporção de pessoas que se declararam de cor ou raça preta em 2019. Ocupando a 22ª posição no Brasil e a oitava da região nordeste.

**Gráfico 3:** Distribuição percentual da população preta (%) - por Estados 2019.

Fonte: Pnad Contínua Anual IBGE (1ª visita). Elaboração própria.

### 3. População por cor ou raça declarada – Branca e Negra 2019

A tabela 1 mostra o contingente de pessoas negras – que o IBGE conceitua como a soma de pretos e pardos. A população Negra tem participação maior que a branca em 23 estados, exceto São Paulo,



Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O Estado com maior parcela da população com negros em 2019 foi o Amazonas (81,9%), seguido do Maranhão (81,3%) e Amapá (80,9%). O Ceará ocupou a décima segunda posição (72%) e o sexta da região nordeste.

**Tabela 1:** Participação da população branca e negra por estados em 2019.

Unidade da Federação	População Total	% da população total que se declarou- Branca	% da população total que se declarou preta ou parda (Negra)
Amazonas	3.983	15,7	81,9
Maranhão	7.041	17,9	81,3
Amapá	838	18,5	80,9
Piauí	3.272	18,9	80,8
Pará	8.561	18,5	80,6
Bahia	14.854	18,7	80,2
Acre	865	18,5	80,0
Sergipe	2.299	20,3	78,9
Tocantins	1.560	20,1	78,2
Alagoas	3.330	25,3	73,7
Roraima	540	19,8	73,5
<b>Ceará</b>	<b>9.129</b>	<b>27,2</b>	<b>72,0</b>
Rondônia	1.767	28,5	70,3
Mato Grosso	3.431	28,8	70,0
Pernambuco	9.499	31,2	67,6
Paraíba	3.997	32,3	67,1
Goiás	7.021	35,5	63,6
Rio Grande do Norte	3.507	38,5	61,3
Espírito Santo	4.015	38,2	61,1
Minas Gerais	21.158	38,8	61,0
Distrito Federal	3.013	40,0	58,9
Mato Grosso do Sul	2.709	43,0	55,1
Rio de Janeiro	17.264	45,4	54,1
São Paulo	45.913	57,8	40,4
Paraná	11.421	63,0	35,5
Rio Grande do Sul	11.359	79,0	20,6
Santa Catarina	7.153	80,2	19,2

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

#### 4. Educação

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu Art. 205, garante que: “A *educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”. Assim, diante da Lei, todos os brasileiros são iguais e devem ter acesso

às mesmas oportunidades de ensino, mas, será que na prática isso acontece? É o que veremos nessa seção.

#### 4.1 Acesso à educação

A educação é reconhecida como uma área fundamental para a justiça social e como um dos determinantes de desigualdades e hierarquia social. A igualdade de oportunidades nos processos educacionais é a principal condição para se resistir às formas precárias de viver, no entanto este acesso não se dá sem obstáculos. A Tabela 2 apresenta a taxa de frequência escolar líquida da população de 6 a 24 anos de idade por cor ou raça, em 2019. Essa taxa é calculada a partir do percentual da população que frequenta escola ou faculdade e daquelas que já concluíram pelo menos o nível adequado à sua idade, sobre o total de pessoas na mesma faixa etária. É possível notar que, quanto à frequência escolar no ensino fundamental da população de 6 a 14 anos de idade, não há grande diferença entre os que se declaram brancos e pretos ou pardos, sendo praticamente universalizada para estes dois grupos e, na maioria dos estados, a frequência da população que se declara de cor preta ou parda é superior à da população que se declara branca. No Ceará, a taxa ajustada de frequência do ensino fundamental da população de 6 a 14 anos de idade chega a ser de 98,2% para negros e 96,7% para brancos.

No entanto, ao analisar a população mais velha, a situação se inverte e a frequência escolar da população que se declara branca é superior à dos que se declaram pretos e pardos. No grupo de 15 a 17 anos que frequentam o ensino médio, a frequência líquida da população de brancos é 6,7 pontos percentuais (p.p). superior à da população de negros (79,1% brancos; 72,4% negros). A maior diferença entre brancos e negros é observada no estado do Rio Grande do Sul, chegando a ser mais de 20 p.p entre os dois grupos.

Para o ensino superior no Ceará, a frequência escolar líquida da população de 18 a 24 de idade é de 31,1% para brancos e de 20,2% para negros, uma diferença de 10,9 p.p. Neste grupo, o resultado mais desfavorável para a população negra foi observado no estado do Rio de Janeiro, quando 40,8% dos jovens brancos de 18 a 24 anos de idade frequentam ou concluíram o ensino superior contra 18,4% dos pretos e pardos. A maior frequência de pretos e pardos no ensino superior é observada no Distrito Federal, com 36,8% do total dos negros.

**Tabela 2:** Taxa ajustada de frequência escolar líquida, por cor ou raça e faixa etária ideal por curso frequentado, segundo estados em 2019.

Unidade Federativa	6 a 14 anos no Ensino Fundamental		15 a 17 anos no Ensino Médio		18 a 24 no Ensino Superior	
	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda	Branca	Preta ou parda
Rondônia	96,5	98,7	67,6	65,4	28,6	24,8
Acre	96,2	96,2	73,4	65,1	37,4	21,4
Amazonas	96,9	96,9	75,7	63,6	36,4	19,3
Roraima	94,0	93,8	75,3	69,9	37,4	25,2
Pará	94,1	96,9	69,8	55,1	25,8	15,7
Amapá	96,5	96,5	77,6	66,4	45,3	31,9
Tocantins	97,6	97,0	78,2	68,1	31,2	20,0
Maranhão	96,9	97,1	74,5	66,0	25,6	13,8
Piauí	95,3	97,4	75,8	61,5	37,9	22,8
<b>Ceará</b>	<b>96,7</b>	<b>98,2</b>	<b>79,1</b>	<b>72,4</b>	<b>31,1</b>	<b>20,2</b>
Rio Grande do Norte	96,7	97,6	65,3	61,3	31,4	19,0

Paraíba	97,7	97,3	63,0	52,5	30,5	18,8
Pernambuco	96,9	97,4	76,8	65,6	30,8	16,1
Alagoas	96,6	97,4	64,1	56,8	26,1	14,1
Sergipe	97,1	96,8	53,2	47,1	22,0	17,7
Bahia	98,6	96,4	69,1	55,2	24,1	15,0
Minas Gerais	99,1	98,6	83,5	75,5	35,0	18,7
Espírito Santo	94,7	97,4	71,4	62,7	36,4	18,8
Rio de Janeiro	96,8	96,4	76,3	68,6	40,8	18,4
São Paulo	97,3	97,9	87,5	80,2	38,2	20,1
Paraná	98,0	97,7	81,1	68,3	36,9	21,2
Santa Catarina	97,5	97,1	79,0	64,4	38,4	17,7
Rio Grande do Sul	96,7	97,0	73,5	53,1	32,2	16,0
Mato Grosso do Sul	98,2	96,9	74,5	62,0	35,6	17,6
Mato Grosso	96,4	97,0	81,1	75,0	41,0	20,0
Goiás	97,3	98,0	78,2	73,5	40,1	27,0
Distrito Federal	97,4	97,6	82,2	72,7	50,9	36,8

Fonte: IBGE/PNAD Anual 2º trimestre. Elaboração própria.

#### 4.2 Escolaridade média e nível de instrução

As desigualdades de oportunidades dos alunos negros na educação básica e superior, resultam em uma escolaridade média da população que se declara preta e parda inferior à alcançada por aqueles que se declaram brancos. No Ceará, a população de pretos e pardos de 25 anos ou mais de idade, alcançou uma escolaridade média de 7,7 anos de estudos, 1,6 ano menor que atingida pelos brancos. Os negros mais bem escolarizados são os residentes no Distrito Federal, lá eles possuem, em média, 10,8 anos de estudos e os brancos 12,5 anos. E os menos escolarizados são os residentes no estado de Alagoas, com 7 anos de estudos.

**Tabela 3:** Número médio de anos de estudo da população de 25 anos ou mais, por cor ou raça, segundo estados em 2019.

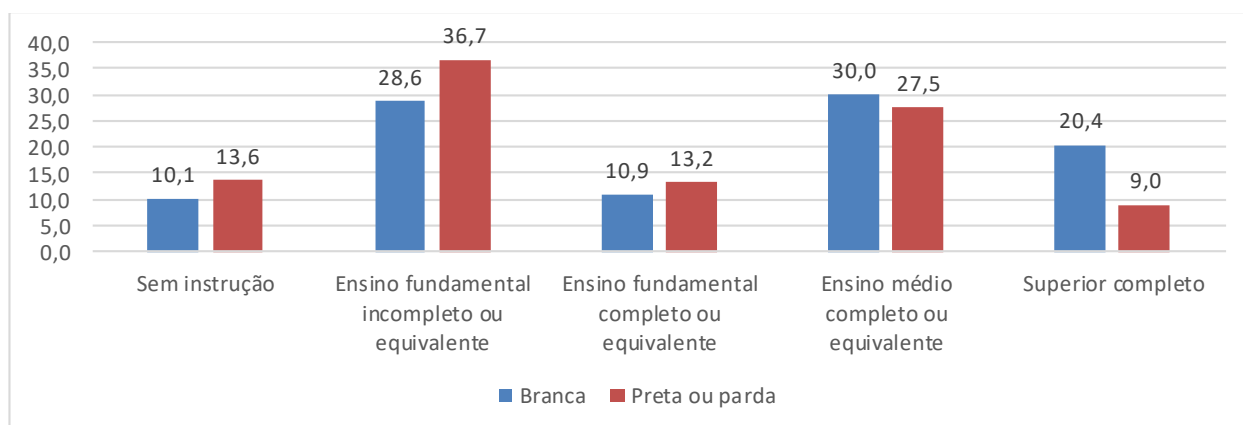
Unidade da Federação	Branca	Preta ou parda	Total
Rondônia	9,0	8,4	8,6
Acre	10,2	8,2	8,5
Amazonas	11,5	9,4	9,7
Roraima	11,7	10,1	10,3
Pará	9,8	8,3	8,5
Amapá	10,5	9,6	9,7
Tocantins	9,9	8,3	8,6
Maranhão	8,7	7,4	7,6
Piauí	8,5	7,4	7,6
Ceará	9,3	7,7	8,1
Rio Grande do Norte	9,5	8,0	8,5
Paraíba	8,6	7,4	7,8
Pernambuco	9,7	8,1	8,6
Alagoas	8,9	7,0	7,5
Sergipe	9,1	7,9	8,2
Bahia	8,8	7,9	8,0
Minas Gerais	9,9	8,4	9,0
Espírito Santo	10,1	9,0	9,4
Rio de Janeiro	11,5	9,9	10,6
São Paulo	11,1	9,5	10,5

Paraná	10,2	8,2	9,5
Santa Catarina	9,9	8,6	9,7
Rio Grande do Sul	10,1	8,7	9,8
Mato Grosso do Sul	10,3	8,7	9,4
Mato Grosso	10,1	8,9	9,3
Goiás	10,0	9,0	9,4
Distrito Federal	12,5	10,8	11,5

Fonte: IBGE/PNAD Anual 2º trimestre. Elaboração própria.

O Gráfico 2, apresenta a distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução no Ceará. Nota-se que a maioria dos negros cearenses ocupa a cauda inferior dos níveis de instrução. Dos que se declararam pretos e pardos, 13,6% não possuíam instrução, 36,7% possuíam somente ensino fundamental incompleto e 13,2% ensino fundamental completo (neste último caso, em proporção superior aos brancos). Na ponta superior, ou em níveis de escolaridades desejáveis, apenas 27,5% possuíam ensino médio completo e 9% ensino superior completo. Enquanto, entre os que se declararam brancos, tínhamos a seguinte distribuição: 10,1% eram sem instrução, 28,6% tinham o ensino fundamental incompleto, 10,9% tinham o ensino fundamental completo, 30%, o ensino médio incompleto e 20,4%, ensino superior completo.

**Gráfico 2:** Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por cor ou raça e nível de instrução, segundo estados em 2019.



Fonte: IBGE/PNAD Anual 2º trimestre. Elaboração própria.

### 4.3 Taxa de analfabetismo

A taxa de analfabetismo de pretos e pardos da população de 15 anos ou mais de idade está diretamente relacionada à problemática histórica das desigualdades raciais no Brasil. Mesmo com o fim da escravidão há mais de 130 anos, a população afrodescendente ainda é afetada pela falta de oportunidades educacionais que se estendeu por várias gerações, comprometendo sua inserção de forma igualitária em diferentes áreas sociais.

Analisando este indicador para o estado do Ceará, chama atenção a magnitude da diferença entre pessoas que se declararam brancas e pretas ou pardas. Em 2019, 14,7 dos cearenses negros de 15 anos ou mais de idade eram analfabetos, percentual que cai para 10,4% entre os brancos, como mostra a Tabela 4. Quando analisamos o grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo entre os brancos alcançou 24,7% e, entre as pessoas pretas ou pardas chegou a 40% (ver Tabela 5).



**Tabela 4:** Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, por cor ou raça, segundo estados em 2019.

Unidade da Federação	Branca	Preta ou parda	Total
Rondônia	6,0	6,5	6,4
Acre	7,0	12,7	11,7
Amazonas	2,8	5,9	5,4
Roraima	3,8	5,5	5,0
Pará	5,6	9,0	8,4
Amapá	4,9	5,6	5,5
Tocantins	7,2	10,3	9,7
Maranhão	11,3	16,6	15,6
Piauí	12,2	16,8	16,0
<b>Ceará</b>	<b>10,4</b>	<b>14,7</b>	<b>13,6</b>
Rio Grande do Norte	8,9	15,9	13,4
Paraíba	12,2	18,0	16,1
Pernambuco	9,0	13,3	11,9
Alagoas	12,3	18,6	17,1
Sergipe	11,2	14,2	13,5
Bahia	10,4	13,5	12,9
Minas Gerais	3,4	6,9	5,5
Espírito Santo	4,4	5,9	5,3
Rio de Janeiro	1,6	2,5	2,1
São Paulo	1,8	3,8	2,6
Paraná	3,1	7,3	4,6
Santa Catarina	1,8	4,8	2,3
Rio Grande do Sul	2,0	5,2	2,6
Mato Grosso do Sul	3,5	6,2	5,1
Mato Grosso	4,2	7,1	6,2
Goiás	3,5	6,0	5,1
Distrito Federal	2,1	3,1	2,7

Fonte: IBGE/PNAD Anual 2º trimestre. Elaboração própria.

A maior taxa de analfabetismo, entre a população preta ou parda de 60 anos, é observada no estado do Maranhão, 48,6% do total. No estado do Rio de Janeiro existe a menor proporção de analfabetos entre os negros, apenas 7,7%. Neste estado tem-se, também, a menor taxa entre os brancos, 3,5% (vide Tabela 5).

**Tabela 5:** Taxa de analfabetismo da população de 60 anos ou mais, por cor ou raça, segundo estados em 2019.

Unidade da Federação	Branca	Preta ou parda	Total
Rondônia	21,5	25,7	24,2
Acre	20,9	37,7	34,5
Amazonas	9,2	20,0	18,3
Roraima	18,0	26,2	24,2
Pará	16,9	29,2	26,7
Amapá	25,2	21,0	22,1
Tocantins	25,0	34,4	32,4
Maranhão	34,8	48,6	45,9
Piauí	31,3	43,4	41,3
<b>Ceará</b>	<b>24,7</b>	<b>40,0</b>	<b>35,3</b>
Rio Grande do Norte	23,7	39,0	33,1
Paraíba	28,1	43,6	38,3

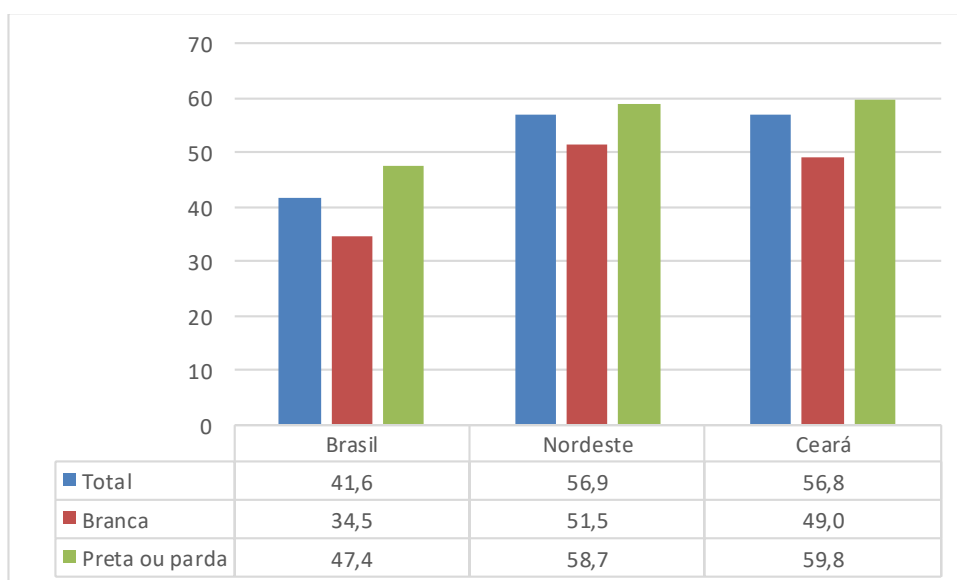
Pernambuco	24,0	37,7	32,9
Alagoas	27,5	45,7	41,0
Sergipe	31,3	40,2	37,9
Bahia	26,9	39,2	36,5
Minas Gerais	9,5	22,0	16,2
Espírito Santo	12,5	22,6	17,8
Rio de Janeiro	3,5	7,7	5,4
São Paulo	5,4	14,0	7,9
Paraná	9,3	25,8	14,1
Santa Catarina	5,5	19,8	7,3
Rio Grande do Sul	5,2	16,0	6,8
Mato Grosso do Sul	9,8	20,8	15,4
Mato Grosso	14,9	27,4	23,2
Goiás	10,7	21,9	17,3
Distrito Federal	6,8	10,4	8,8

Fonte: IBGE/PNAD Anual 2º trimestre. Elaboração própria.

## 5. Mercado de trabalho

A inserção no mercado de trabalho é um importante aspecto para análise das condições de vida dos grupos étnicos. Considerando-se as desigualdades nos níveis de escolaridade entre as populações dos que se declaram brancos e pretos ou pardos, deve-se esperar que estas se reflitam nas ocupações e rendimentos recebidos no mercado de trabalho. No Brasil 41,6% dos trabalhadores estão em ocupações informais, enquanto no Nordeste mais da metade estão nesta situação (56,9%). No Ceará tem-se 56,8% dos trabalhadores na informalidade e, entre os grupos populacionais de brancos e pretos ou pardos, os percentuais de trabalhadores na informalidade são de 49% e 59,8%, respectivamente, como mostra o gráfico 3.

**Gráfico 3:** Proporção da população ocupada em ocupações informais por cor raça declarada 2019.



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A tabela a seguir mostra a diferença do rendimento domiciliar per capita médio entre a população de brancos e pretos em 2019. O rendimento domiciliar per capita, foi calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (em termos nominais) e o total dos moradores. Nesse cálculo, são

considerados os rendimentos de trabalho e de outras fontes. Em todos os Estados ele foi menor para população preta ou parda. No Ceará, a diferença entre o Rendimento médio domiciliar per capita de pretos ou pardos (R\$757,00) e comparação dos brancos (R\$ 1.427,00) foi de R\$670,00. A população preta ou parda do estado tem o quinto menor rendimento do país ficando atrás apenas Piauí (R\$ 743,00), Pará (716,00), Alagoas (R\$ 653,00) e Maranhão (R\$578,00).

**Tabela 6:** Rendimento domiciliar per capita médio, por cor ou raça, segundo as Unidades da Federação – 2019

Estados	Branca	Preta ou Parda
Rondônia	1.335	1.018
Acre	1.329	790
Amazonas	1.289	762
Roraima	1.512	974
Pará	1.138	716
Amapá	1.068	827
Tocantins	1.594	894
Maranhão	904	578
Piauí	1.209	743
<b>Ceará</b>	<b>1.427</b>	<b>757</b>
Rio Grande do Norte	1.314	871
Paraíba	1.126	801
Pernambuco	1.347	771
Alagoas	957	653
Sergipe	1.511	834
Bahia	1.253	834
Minas Gerais	1.772	1.051
Espírito Santo	1.976	1.104
Rio de Janeiro	2.500	1.227
São Paulo	2.326	1.190
Paraná	1.827	1.139
Santa Catarina	1.834	1.202
Rio Grande do Sul	1.961	1.203
Mato Grosso do Sul	1.841	1.193
Mato Grosso	1.806	1.178
Goiás	1.559	1.130
Distrito Federal	3.452	2.009

Quando se avalia o Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, apresentado na tabela a seguir, verificou-se também que todos os Estados este foi menor para população negra em comparação a Branca em 2019. No Ceará a população declarada branca recebeu uma renda média do trabalho (R\$2.273,00) correspondente a uma renda de R\$ 972 reais maior que à recebida pela população preta ou parda de R\$1.301,00.

**Tabela 7:** Rendimento médio real do trabalho principal habitualmente recebido por mês pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (R\$) 2019

Estados	Branca	Preta ou Parda
Rondônia	2.278	1.761
Acre	2.559	1.642
Amazonas	2.349	1.560
Roraima	2.739	1.956
Pará	2.014	1.310
Amapá	2.220	1.781
Tocantins	2.651	1.591
Maranhão	1.706	1.177
Piauí	1.809	1.153
<b>Ceará</b>	<b>2.273</b>	<b>1.301</b>
Rio Grande do Norte	1.989	1.497
Paraíba	1.976	1.341
Pernambuco	2.266	1.357
Alagoas	1.828	1.330
Sergipe	2.505	1.321
Bahia	2.063	1.408
Minas Gerais	2.407	1.565
Espírito Santo	2.771	1.744
Rio de Janeiro	3.589	1.978
São Paulo	3.368	1.934
Paraná	2.765	1.860
Santa Catarina	2.626	1.907
Rio Grande do Sul	2.656	1.843
Mato Grosso do Sul	2.736	1.828
Mato Grosso	2.786	1.933
Goiás	2.330	1.819
Distrito Federal	5.116	3.173

Fonte: IBGE. Elaboração própria.

## 5. Considerações finais

As desigualdades entre a população branca e negra na educação e na renda foi verificada em todos os Estados Brasileiros assim como no Ceará. Em 2019, a população que se declarou de cor preta no Estado correspondia a 5,9% e de pardos 66,2%, tendo assim o estado um contingente de cerca de 72% de negros, considerando que o IBGE conceitua estes como a soma de pretos e pardos. Com essa taxa, o Ceará ocupou a décima posição entre os estados com maior percentual de pessoas que se declararam negras (pretas ou pardas). Essa população alcançou uma escolaridade média de anos de estudos correspondente a 1,6 ano menor que atingida pelos que se declararam brancos e seu rendimento médio domiciliar per capita foi quase a metade que o dos brancos. Além disso, vale salientar que mais da metade dessa população estava em ocupações informais em 2019.

O combate às desigualdades sociais e raciais no Ceará tem sido objeto de políticas públicas. A Campanha Ceará sem Racismo – Respeite minha história, respeite minha diversidade é um exemplo. Lançada em novembro do ano passado pelo Governo do Estado, por meio da CEPPIR-Coordenadoria Especial de Políticas Públicas vinculada à Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), a campanha que percorre os municípios cearenses fazendo formação com

gestores, servidores públicos e movimentos sociais de modo a despertar formas de enfrentamento ao racismo estrutural e promove práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça racial no Estado. Concorreu com outros 646 projetos de todo o País, e pelo seu ineditismo, criatividade e alcance social venceu o Prêmio Innovare 2020, premiação nacional que busca divulgar e difundir práticas que contribuem para o aprimoramento da justiça e cidadania no Brasil.